



## CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Vereadora Júlia Casamasso

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A MEMÓRIA NEGRA E TRABALHADORA DE PETRÓPOLIS

Aos 21 dias do mês de Novembro, às 19h, no Plenário da Câmara Municipal, a **Vereadora Júlia Casamasso**, representante da Coletiva Feminista Popular, presidente da Audiência Pública, no uso da palavra saudou a todos e em seguida, houve a apresentação dos convidados que comporiam a mesa da Audiência Pública, estando presentes no plenário: o Sr. **José Luiz**, vice-presidente do Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial; o Sr. **Lucas Ventura da Silva**, membro da equipe do Museu da Memória Negra de Petrópolis; e a Sra. **Ester Guerra**, integrante da Coletiva Feminista Popular.

A **Vereadora Júlia** prosseguiu, declarando a conformidade com o Edital 47/2023, publicado em duas edições de jornal de grande circulação de Petrópolis e que aquele encontro era transmitido pela página da Câmara Municipal de Petrópolis, no YouTube e também pela TV Câmara, no canal 98. Continuou dizendo que, aquela sessão seria registrada, por meio de Ata, que posteriormente seria publicada na página eletrônica do Legislativo Municipal. Informou ainda que a Câmara Municipal promovia aquela audiência pública por meio da **Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos**.

Em sua fala inicial, a presidente da Audiência solicitou um minuto de silêncio em homenagem à **Dona Lourdes**, militante de grande valor para a nossa cidade e para o movimento negro que faleceu na semana anterior à atividade. Após a homenagem, a **Vereadora Júlia** se disse imensamente feliz em representar a Coletiva Feminista Popular em mais esse passo enquanto um mandato de luta popular que pensa a memória negra e a valorização da memória popular negra dos bairros e dos distritos como instrumento de cultura, educação e geração de renda pro nosso município. Destacou que “os espaços de cultura da nossa cidade falam só sobre a família real e sobre a colonização alemã e europeia, de maneira geral, deixando de lado histórias de luta de mulheres, de trabalhadores, da população negra que também construíram Petrópolis” e que “nós da Coletiva Feminista Popular nesse mandato estamos lutando por uma política de memória que permitirá gerar dados para subsidiar políticas de cultura, de educação, de lazer, de planejamento urbano e turismo de base comunitária que serão capazes de gerar renda e postos de trabalho para além do centro histórico. A cidade é para quem vive nela e nós estamos lutando para que Petrópolis seja uma Petrópolis das mulheres, da classe trabalhadora, dos negros e negras e dos bairros!”

Com a palavra, o Sr. **Lucas Ventura da Silva**, membro da equipe do Museu da Memória Negra de Petrópolis, disse que “para entender Petrópolis é preciso ‘desler’ Petrópolis; para compreender a cidade é preciso despir essa ideia de cidade Imperial pra gente entender que existe uma história muito anterior a 1843, que existe uma história muito anterior nesse território que era um território genuinamente indígena Puri que precisa ser pensado e esse espaço aqui na Câmara é absolutamente fundamental porque amanhã, lá no futuro, a

pesquisa que eu faço com os análises da câmara outros farão com essa documentação que a gente tá produzindo aqui hoje porque nós estamos produzindo documento”. Além disso, apontou que “um outro ponto pra gente passar depois, pra gente continuar a nossa conversa, é a própria ideia do operariado. Hoje tem todo um movimento que vai pesquisar o que a gente chama de mundos do trabalho e que geralmente vão começar essas discussões após o século XX, ou pelo menos ali na transição do século X pro século XX, e ainda muito sustentado nessa ideia de que esses operários que estão vindo de fora são italianos, alemães, europeus, mas a gente esquece que desse trabalho escravizado, o trabalho de africanos livres, pois esse também é mundo do trabalho”.

Logo em sequência, o Sr. **José Luiz**, vice-presidente do Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial, apresentou que “falar de memória me remete exatamente como a Rocinha surgiu, a partir do Quilombo das Camélias que ficava ali onde hoje é o Leblon, um lugar extremamente rico, elitizado. E ali tinha um quilombo, uma resistência do nosso povo a esse modelo de civilização ou de opressão, de morte, que é o que a escravidão fez com o nosso povo, de sofrimento e morte. E a Rocinha tem na sua gênese esses negros que saem ali do Quilombo das Camélias, sobem a Gávea e vão parar no alto da Rocinha, tanto que o núcleo de pessoas negras na Rocinha fica na rua um, exatamente no topo da favela. Isso me faz lembrar uma coisa: a minha avó eram indígenas, meu bisavô era indígena e o meu bisavô foi negro escravizado. Então, saber que a Rocinha foi formada por negros que saíam de um quilombo faz a gente pensar que as favelas no Rio de Janeiro atualmente são verdadeiros quilombos, são os quilombos modernos de resistência, de existência, de invenção, de ataques sistemático de políticas de violência perpetradas pelo Estado. O que o Estado oferece para as favelas, esses Quilombos modernos? A violência. Então, assim, esse Estado nós não podemos esquecer que é o Estado racista, o Estado brasileiro é um Estado racista e, quando você fala que Petrópolis tem uma questão específica do que acontece aqui, mas que não está dissociado também desse estado brasileiro. É claro que em cada lugar você tem uma formação diferente, mas a estrutura desse Estado racista vai se reproduzindo pelos municípios, pelos estados, pela União, pela estrutura do que é o Estado, seja econômica, seja política, seja jurídica”.

Em seguida, a Sra. **Ester Guerra**, integrante da Coletiva Feminista Popular apresentou reflexões a partir do filósofo Achille Mbembe que cunhou o termo “necropolítica”, “que vai pensar como que funciona uma política de morte tocada de maneira muito arrogante, que determina de maneira muito clara quem são as pessoas que podem morrer. São essas pessoas que morrem desde o início desde a colonização, o império até os dias de hoje e muito a partir de uma sofisticação do que é o racismo. E aí eu fico pensando no que é esse produzir o negro produzir, esse ser que é o que o Zé Luiz apresentou, que o Lucas apresentou, que são pessoas que podem ser violadas nos seus direitos humanos, pessoas que podem ser violadas na sua existência, pessoas que podem ter uma moradia não tão digna. Exemplificando: a gente convidou com muito carinho a Stephanie, que é do Quilombo Boa Esperança, para estar aqui junto com a gente e ela não pôde estar porque ela tá desde sábado sem luz! Por que algum lugar dentro da comunidade, neste município aqui, pode estar sem luz desde sábado? Por que não falta energia elétrica no centro histórico? Por que não falta na Rua 16 de Março? Qual é esse corpo que pode ser violado desse jeito, que pode ser violado nesse nível? Achille Mbembe defende a ideia que a produção desse negro é um ser que o seu corpo não tem humanidade, é um ser que pode ser submisso, ele pode ser tratado como um animal. E a gente vê exatamente isso na história, a espoliação da

África, sequestrando africanos, essas pessoas tratadas desse jeito, furtadas à humanidade. Achille Mbembe, inclusive, vai defender que se criem técnicas de violência para submeter uma pessoa a um trabalho que não é nem um trabalho mal pago, que é um trabalho forçado no qual você vai dar o mínimo para a pessoa se alimentar e não morrer, mas continuar trabalhando. Isso tudo necessita do desenvolvimento de uma tecnologia de violência e de morte muito sofisticada para se saber o quanto você vai açoitar e não matar, açoitar para outros presenciarem aquela cena e entender qual é o recado, entender como tem que se comportar e trabalhar, é tudo muito violento, de fato. Eu tenho certeza que a gente compartilhar um espaço como esse de audiência pública, no qual a gente consegue lançar mão de uma das principais metodologias e descentralizadas não europeias e ocidentais que é a oralidade. Estamos aqui produzindo política pública, um documento oficial que vai sair dessa audiência pública, a partir das nossas reflexões, a partir de tudo aquilo que nós aprendemos e trouxemos de nossos ancestrais, de organização política: a oralidade.”

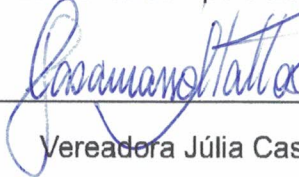
Por fim, a **Vereadora Júlia Casamasso**, abriu o espaço para as considerações finais dos integrantes da mesa da Audiência Pública. Os convidados agradeceram aquela oportunidade e, como encaminhamento da discussão, foi decidido pela: (i) criação da Comissão Especial da Memória Negra e Popular; (ii) lutar pela criação de centros de memória e cultura nos bairros e distritos, que poderão funcionar nos contraturnos e finais de semana das escolas municipais, para contar a origem das comunidades, a trajetória de suas lideranças, lutas e conquistas, com enfoque na memória negra, trabalhadora e das mulheres; (iii) lutar por previsão orçamentária e fomento ao turismo de base comunitária (TBC) para que esta atividade econômica seja planejada e desenvolvida por quem vive nos bairros e distritos, para gerar renda, cultura e lazer; (iv) Apresentar projeto de lei para que as ruas e logradouros com nomes de figuras ligadas à Ditadura Civil-Militar sejam trocadas por nomes de militantes que resistiram à ditadura e por petropolitanas/os que foram vítimas da repressão do período, com enfoque em pessoas trabalhadoras, negras e mulheres ou, ainda, que caso não sejam trocados os nomes oficiais, haja garantia de espaço para explanação sobre quem foi essa pessoa ou quais suas contribuições para sociedade, como forma de dar visibilidade às narrativas populares e contra hegemônicas; (v) Reformular e ampliar o escopo da disciplina HGPT junto a Secretaria de Educação para que os alunos possam aprender e discutir sobre os contextos locais de cooperação com a ditadura militar, resistência dos trabalhadores fabris, integralismo, e a resistência auto organizativa dos quilombos etc.; e (vi) Modificar o nome da Praça Rui Barbosa para Praça da Liberdade.

A **Vereadora Júlia Casamasso** encerrou a Audiência Pública. Eu, Anna Carolina Bessa, Assistente de Apoio às Comissões, assinou e digitou esta ATA.



Anna Carolina Bessa

Assistente de Apoio às Comissões



Júlia Casamasso  
Vereadora

Vereadora Júlia Casamasso

Presidente da Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos